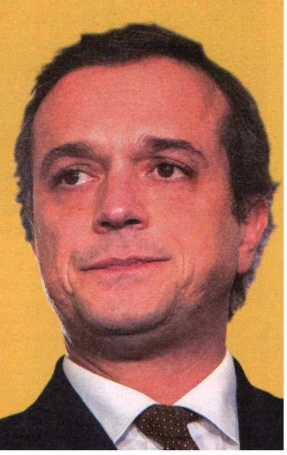
manchete

Nascer do Sol	Periodicidade: **Semanal**
	Classe: **Informação Geral**
06-01-2023	Âmbito: **Nacional**
	Pagina(s): **1,6,7,8,9**

NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE VENDEU EMPRESA A LÓBI DO LIXO

HUGO PIRES ASSINOU PARECER NA AR SOBRE RESÍDUOS URBANOS NA ALTURA DA VENDA

Em 2021, Hugo Pires vendeu o seu ateliê de arquitetura e reabilitação urbana (CRIAT) a uma empresa agrícola das irmãs Lucinda e Adelaide Gomes Marques ■ Que são também irmãs e sócias dos acionistas maioritários do grupo Semural, Waste & Energy SA, do qual Lucinda é administradora ■ Este grupo dedica-se ao tratamento e importação de lixo e resíduos perigosos e está envolvido em polémicos aterro sanitários, como o de Valongo ■ Hugo Pires é também conhecido pelos seus negócios imobiliários, sob fogo cruzado quando integrou o grupo de trabalho da Lei de Bases da Habitação ■ Condena a especulação imobiliária, mas tem um hotel no Príncipe Real ■ Hugo Pires diz não ter **'nada a declarar'** e para o ministro do Ambiente não há conflito de interesses **Págs. 6-9**



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Nascer do Sol

06-01-2023

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 1,6,7,8,9

Foco

BRUNO GONÇALVES

AMBIENTE EM CONFLITO DE INTERESSES

Daniela Soares Ferreira
daniela.ferreira@nascerdosol.pt

O novo secretário de Estado do Ambiente vendeu, em 2021, o seu ateliê de arquitetura e reabilitação urbana a uma empresa agrícola detida por duas irmãs que também são sócias e irmãs dos dois acionistas principais do grupo Semural – de tratamento de lixo e resíduos.

O recém-empossado secretário de Estado do Ambiente, Hugo Pires, vendeu em 2021 a CRIAT – Arquitetura & Reabilitação Urbana a uma empresa agrícola detida por duas irmãs: Lucinda Isabel Guimarães Gomes Marques e Adelaide Sofia Guimarães Gomes Marques. A empresa – Penedo do Frade – cultivou vários hectares de vinha num aterro sanitário do grupo Semural, Waste & Energy SA.

Lucinda e Adelaide Gomes Marques são irmãs dos dois acionistas principais deste grupo empresarial cuja atividade principal, como a própria designação indica, é o tratamento de lixo e resíduos, incluindo a importação de lixo radioativo, que gerou polémica em 2020 (tal como o *SOL* noticiou na altura).

E ambas são também acionistas da empresa. Sendo que Lucinda é membro do conselho de administração da Semural com o seu irmão João José Guimarães Gomes Marques.

Recorde-se que o aterro sanitário de Valongo foi durante anos contestado pela população e pelo próprio presidente da Câmara (também ele do PS) sobretudo e devido ao mau cheiro que afetava várias regiões.

Hugo Pires foi vice-presidente da bancada do PS desde 2015, tendo sido coordenador dos deputados do PS na Comissão Parlamentar da Habitação e, depois, do ambiente e energia, tendo sido co-autor da Lei de Bases do Clima.

No mesmo mês em que deixou de ser co-CEO da sua empresa – em fevereiro de 2021, segundo a sua própria declaração no site da Assembleia da República – foi o relator de um parecer na Assembleia da República sobre resíduos urbanos, precisamente no âmbito da Comissão Parlamentar do Ambiente.

João Paulo Batalha, vice-presidente da Frente Cívica, diz ao *Nascer do SOL* que **«se a legislação em que está a dar parecer tem implicações sobre a empresa com a qual fez negócio, devia ter declarado esse conflito de interesses e pedido escusa»**, diz, acrescentando: **«Ou, no mínimo, deixar a avaliação desse conflito de interesses ao critério da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados»**.

Confrontado pelo *Nascer do SOL* sobre este assunto, Hugo Pires – que não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe enviámos sobre este e sobre outros assuntos (infra) – limitou-se a dizer: **«Não tenho nada a declarar, vou esperar pela vossa notícia»**.

Já o gabinete do ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro – para quem o gabinete do primeiro-ministro, António Costa, remeteu as explicações solicitadas –, afirmou que o secretário de Estado do Ambiente **«vendeu a empresa CRIAT a 19 de maio de 2021, altura em que não previa ser honrado com o convite para assumir o cargo de Secretário de Estado do Ambiente, em 2023»**. E acrescentou que Hugo Pires, atualmente, **«não detém qualquer participação em empresas»**.

O gabinete de Duarte Cordeiro garante ainda que o secretário de Estado **«não se sente inibido ou impedido, de qualquer modo, no exercício das funções que lhe foram confiadas»**. E diz ainda que em relação à sua atividade como deputado **«participou nos trabalhos da Comissão de Ambiente e de Energia da AR, experiência que reputa de muito importante para as tarefas que agora desempenha»** e que foi, entre muitas outras tarefas, **«relator de um parecer sobre uma proposta de lei do PCP»** – ou seja, aquele que o *Nascer do SOL* refere.

Conflito de interessas

Sobre a compatibilidade entre a venda da sua empresa e o cargo que agora ocupa Hugo Pires, João Paulo Batalha diz que **«seria útil, havendo essa ligação, que haja uma capacidade de acompanhamento autónomo das decisões**

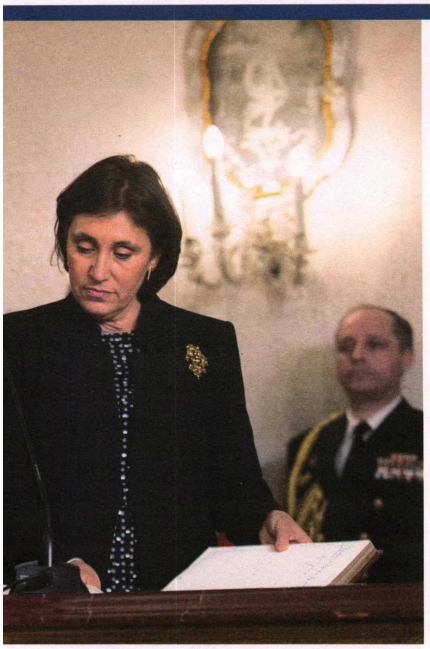
Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Nascer do Sol

06-01-2023

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 1,6,7,8,9



Secretária de Estado da Agricultura demitiu-se

Carla Alves esteve 24 horas no cargo. Saiu depois do Presidente Marcelo ter falado em 'limitação política'.

«A Secretária de Estado da Agricultura, Carla Alves, apresentou esta tarde a sua demissão por entender não dispor de condições políticas e pessoais para iniciar funções no cargo», anunciou esta sexta-feira o Ministério da Agricultura que diz que a demissão **«foi prontamente aceite»**.

Em causa está a notícia do *Correio da Manhã* que dá conta que a governante tem diversas contas penhoradas, na sequência de uma investigação que visa o marido.

Antes da demissão, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa já tinha defendido que, com **«os factos conhecidos»**, o caso da nova secretária de Estado da Agricultura, Carla Alves, não tem **«inconstitucionalidades»**. **«Do ponto de vista do direito não é arguida, acusada... Neste momento, não há nenhum caso inconstitucionalidade»**, disse, assumindo, no entanto, que **«é evidente que é um peso político negativo»**. E explicou: **«Alguém que tem uma ligação familiar próxima com alguém acusado num processo de uma determinada natureza, à partida tem uma limitação política»**; acrescentando que **«é um problema de ónus político, uma realidade que constitui uma limitação política, à partida, para o exercício da função»**.

Já o primeiro-ministro, António Costa, deixou no Parlamento a pergunta: **«Vou demitir uma mulher porque o marido foi acusado?»**. E não colocou a demissão em causa: **«É um caso em que o Ministério Público já investigou tudo e acusou apenas uma pessoa. Vou substituir-me ao Ministério Público e demitir a mulher de alguém só porque o marido é acusado. Se a mulher não é acusada, qual é o caso? Onde está a ética?»**, disse em resposta à líder bloquista, Catarina Martins.

Também o marido da agora ex-secretária de Estado se defendeu. **«Lamento profundamente que num caso que só a mim diz respeito, não diz respeito a absolutamente mais ninguém, que a minha mulher seja envolvida numa altura em que é chamada para o Governo para desempenhar funções de grande dignidade, com toda a competência que lhe é reconhecida»**.

Numa conferência de imprensa realizada em Vinhais – onde já foi autarca –, Américo Pereira afirmou: **«Tenho que me defender, não posso ouvir falsidades e ficar calado»**, acrescentando que o que foi **«arrestado foi o saldo das contas bancárias que existiam em março de 2022»**, e apenas **«uma conta»** em que Carla Soares era também titular. **«Este processo é meu e eu cá estou para me defender nas instalações próprias, com toda a lealdade, com todo o saber e com toda a coragem para mostrar a minha inocência»**, disse aos jornalistas.

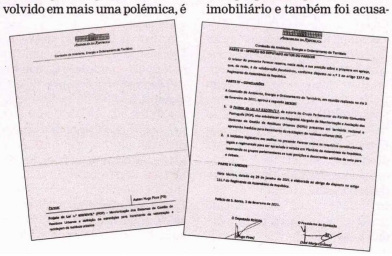
Antes, o Ministério da Agricultura tinha dito que não existir **«nenhuma questão que coloque em causa a sua nomeação»**.

que ele tomar para garantir que ele não continue essa relação, que não traga essa relação para a secretaria de Estado». E acrescenta que **«isso fazia-se se nós tivéssemos um organismo de conduta ética que pudesse ir acompanhando as matérias, eventualmente ele pedisse escusa de tudo aquilo que tivesse a ver com esse grupo Semural ou, pelo menos, abrindo-se ao escrutínio para que um mecanismo de conduta ética que não existe, pudesse garantir que as decisões que são tomadas no Ministério não são uma continuação dessa relação de negócio que houve e que pode ter sido apenas episódica no momento em que a empresa foi vendida»**.

Mas lembra que o que acha mais problemático em relação ao secretário de Estado é a relação que teve como vereador na Câmara de Braga, aprovando o famoso 'negócio das Convertidas' pelo qual o presidente da Câmara na altura, Mesquita Machado, também do PS, foi condenado. Diz que o papel de Hugo Pires nesse caso **«foi, na melhor das hipóteses, uma omissão de dever de boa diligência de um eleito público que não inspira muita confiança no momento em que se torna secretário de Estado. É uma pasta sensível porque mexe com muitos negócios»**.

Os casos de imobiliário

Mas se agora Hugo Pires se vê envolvido em mais uma polémica, é preciso lembrar que esta não é a primeira. Chegou a criticar Ricardo Robles, do BE, devido ao tema da especulação imobiliária mas depois ele próprio viu-se envolvido em caso muito análogo. Em 2019, quando era coordenador do grupo de deputados socialistas no grupo de trabalho que ajudou a delinear a nova Lei de Bases da Habitação, Hugo Pires foi acusado de conflito de interesses pelos seus próprios negócios no setor imobiliário e também foi acusado de querer despejar ilegalmente inquilinos de um prédio histórico situado junto à Sé de Braga.



Nessa altura, o agora secretário de Estado do Ambiente tinha ainda 50% da CRIAT que em 2017 comprou um edifício localizado na Rua D. Diogo de Sousa, classificado como imóvel de interesse público e património da cidade, que dois anos antes tinha sido penhorado e depois submetido a venda judicial.

Nessa altura, dois irmãos, proprietários da Mavy, um espaço cultural instalado no espaço da antiga livraria Bertrand Cruz, denunciam que o então deputado estaria a pressioná-los para abandonar o edifício – apesar de dizerem que em 2012 assinaram um contrato válido até 2034 – para ali instalar um negócio de alojamento local. Mas Hugo Pires garantia que o que estava previsto para ali seria habitação permanente e comércio.

«Os anteriores proprietários do edifício fizeram uma hipoteca junto da Caixa Agrícola, quando não havia lá nenhum arrendatário. O contrato dos irmãos Morgado foi firmado já depois da hipoteca, por isso não tem validade. [Os proprietários] **entraram em incumprimento e, depois, nós adquirimos o prédio por venda judicial, livre de ónus e encargos»**, disse na altura.

Antes disso, soube-se então que Hugo Pires, que substituiu Helena Roseta no grupo parlamentar de trabalho sobre habitação, era proprietário e gerente de uma empresa de arquitetura, engenharia e construção que declarava, entre as suas atividades, o alojamento turístico.

No que diz respeito ao ramo imobiliário, Hugo Pires conta com ainda pelo menos um investimento, o 1869 Príncipe Real House, em Lisboa, uma guest house com nove quartos inaugurada em 2018 e que o deputado não se cansa de promover na sua página de Instagram.

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Nascer do Sol

06-01-2023

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 1,6,7,8,9

COSTA FAZ MARCAÇÃO A PEDRO NUNO

Joana Mourão Carvalho
joana.carvalho@nascerdosol.pt

Costa puxou de dois quadros do PS próximos do ex-ministro das Infraestruturas. Pedro Nuno Santos respondeu com saída do secretariado nacional do partido, para se 'demarcar'.

Tática política são as palavras que melhor descrevem os nomes que o primeiro-ministro tinha na manga para susbtituir o ex-ministro Pedro Nuno Santos. Com João Galamba e Marina Gonçalves a dividirem as Infraestruturas e a Habitação, respetivamente, o primeiro-ministro delegou o superministério em dois *pedro nunistas*. Não se sabe se para compensar ou talvez condicionar o seu maior adversário interno à solta. A verdade é que no verão António Costa não quis demitir Pedro Nuno Santos na sequência do caso sobre o famoso despacho da localização do novo aeroporto de Lisboa, e agora também não quis purgar o *pedronunismo* do seu Governo, repetindo a estratégia de fazer uma remodelação condicionada pelas dinâmicas do PS.

Para os socialistas próximos de Pedro Nuno Santos, não é isso que vai travar as aspirações do mais que assumido candidato à sucessão de Costa: até porque Pedro Nuno Santos nunca ameaçaria a estabilidade de um partido que um dia quererá herdar.

«Há aqui um jogo. O primeiro-ministro António Costa, ao nível dos novos membros do Governo, acaba por tentar compensar Pedro Nuno Santos com nomeações da sua órbita. Mas ainda assim, Pedro Nuno está a procurar fazer demarcações», comenta um antigo dirigente socialista ao *Nascer do SOL*, realçando o facto de tanto João Galamba como Marina Gonçalves serem dois discípulos do antigo governante.

Ainda assim, nos próximos meses, Pedro Nuno Santos deverá remeter-se ao silêncio, tal foram as palavras com que se despediu dos jornalistas à saída da tomada de posse dos dois novos ministros. **«Foi um prazer, agora deem-me descanso»**, afirmou, recusando comentar o facto de ter pedido para deixar o secretariado nacional do PS. A informação foi avançada pela *SIC* e entre socialistas está a ser entendida como um sinal de demarcação frontal da atual liderança do partido. Na prática, o ex-ministro das Infraestruturas fica livre de responsabilidades de direção partidária, já que o secretariado nacional é o órgão que aconselha o secretário-geral e acompanha na primeira linha a atividade do partido.

No secretariado continuam os três outros socialistas mais falados para a sucessão de António Costa: Ana Catarina Mendes, Mariana Vieira da Silva e Fernando Medina. Por oposição, Pedro Nuno Santos fica mais livre para opinar sobre o rumo do PS, e arrepiar caminho para vir a disputar o lugar de secretário-geral do PS.

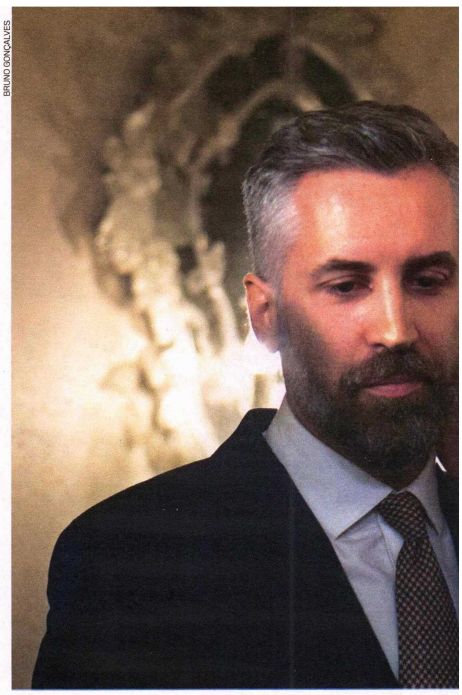
Ao que o *Nascer do SOL* apurou, a intenção de Pedro Nuno Santos é partir para o terreno no verão, lançando-se à (re)conquista do apoio que as bases de norte a sul do país nunca lhe negaram. Nem agora, após a sua saída do Governo – bem pelo contrário.

Pedro Nuno Santos pediu descanso por agora mas deverá regressar ao terreno no verão, à reconquista do apoio das bases

«A imagem que ele procurou construir é a imagem de alguém que não só é concretizador, como tentou fazer e não o deixaram. Isso depois será somado à dimensão ideológica que ele também gosta de afirmar. A partir daí está a criar o caminho para uma trajetória de demarcação, resta saber se vai depois ao ponto do confronto», imagina o mesmo dirigente socialista, que diz não ter dúvidas que Pedro Nuno Santos vai pontuar a partir de agora a governação, sobretudo a partir da bancada parlamentar.

Nomeações não são à prova de bala

Além dos dois ministros, seis secretários de Estado tomaram posse na quarta-feira. Mas apenas cinco ainda estão em funções. Carla Alves, que era diretora Regional de Agricultura e Pescas do Norte, desde dezembro de 2018, foi nomeada secretária de Estado da Agricultura, substituindo Rui Martinho, que deixou o Governo por motivos de saúde. Mas, na tarde de quinta-feira, pouco mais de 24 horas após ter tomado posse, apresentou a sua demissão por entender não dispor de condições políticas e pessoais para iniciar funções no cargo, depois de o Presidente da República lhe ter apontado a porta de saída. Marcelo Rebelo de Sousa considerou que Carla Alves tinha **«uma limitação política»** e representava um **«peso político negativo»** no Executivo, na sequência da notícia do *Correio da Manhã* que dava conta que a agora secretária de Estado demissionária tem diversas contas arrestadas, no âmbito de uma investigação que visa o marido Américo Pereira, ex-presidente da Câmara de Vinhais.


BRUNO GONÇALVES

Em causa está uma discrepância significativa entre o rendimento declarado e o valor que foi sendo depositado nas contas conjuntas do casal.

Antes de Carla Alves se demitir, no debate de moção de censura ao seu Executivo, o primeiro-ministro admitiu a possibilidade de saída da secretária de Estado, apontando que **«se um membro do Governo tiver rendimentos não declarados, não deve manter-se como membro do Governo»**. Costa ainda prometeu propor ao Presidente da República um circuito entre a indicação e a nomeação de membros do Governo que evite o desconhecimento de factos e garanta maior transparência nesse processo, apesar de esse mecanismo de escrutínio parecer agora vir tarde demais, dado que no total, desde que o atual Executivo foi constituído, somam-se já 12 demissões ao fim de nove meses. E o número pode não ficar por aqui dado o histórico do novo secretário de Estado do Ambiente **(ver páginas 6 e 7)**.

Secretários de Estado com 'prata da casa'

Os novos secretários de Estado que tomaram posse na quarta-feira não são, em grande parte, totalmente desconhecidos nas lides políticas, alguns transitam de gabinetes ministeriais, outros de entidades públicas. **«O critério é fazer com a prata da casa»**, tal como resumiu o Presidente da República, quando se referiu às escolhas de João Galamba para ministro das Infraestruturas e de Marina Gonçalves para ministra da Habitação.

As mudanças na orgânica do Governo também não se ficam apenas pela separação das Infraestruturas da pasta da Habitação antes tuteladas pelo ex-ministro Pedro Nuno Santos. No Ministério do Ambiente, o lugar deixado vago por João Galamba também se desdobrou em dois e ganhou novos rostos: a secretaria

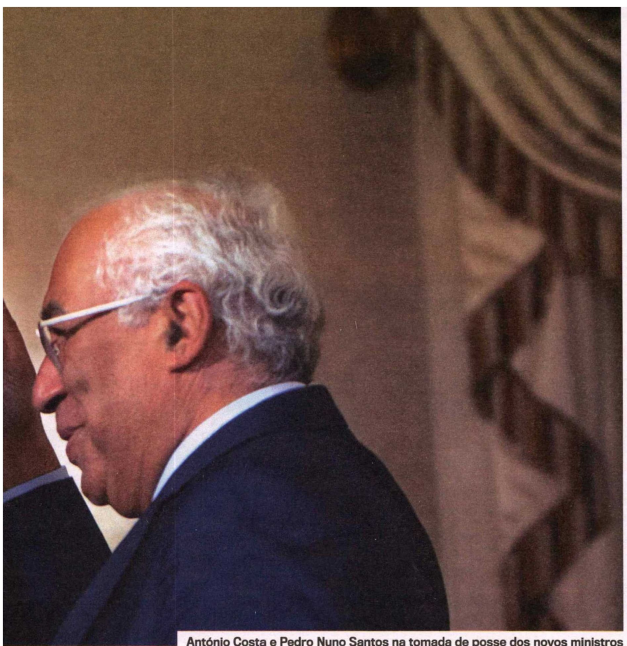
Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Nascer do Sol

06-01-2023

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 1,6,7,8,9



António Costa e Pedro Nuno Santos na tomada de posse dos novos ministros

de Estado do Ambiente passa a estar entregue ao deputado socialista Hugo Pires, já a Secretaria de Estado da Energia e Clima passa para as mãos de Ana Fontoura Gouveia, que estava no gabinete do primeiro-ministro como assessora económica desde 2019.

Licenciado em arquitetura e com mais currículo político, no Parlamento, Hugo Pires coordenou o grupo de trabalho que preparou a Lei de Bases da Habitação, tendo sido também coautor da Lei de Bases do Clima. Era deputado desde 2015 e vice-presidente do grupo parlamentar socialista desde 2019.

Doutorada em Economia pela Nova SBE, onde é professora assistente, antes da entrada no gabinete de António Costa, Ana Fontoura Gouveia esteve no Banco de Portugal, tendo ainda exercido funções no Banco Central Europeu até 2014. Também já passou por gabinetes dos Ministérios das Finanças e da Economia.

O novo ministro das Infraestruturas também escolheu para seu secretário de Estado um adjunto do seu antecessor: Frederico Francisco, novo secretário de Estado das Infraestruturas, era adjunto de Pedro Nuno Santos e foi responsável pela elaboração do Plano Ferroviário Nacional. Mestre em engenharia aeroespacial e doutorado em Física, foi o nome encontrado para substituir Hugo Mendes, que se demitiu na sequência da polémica relativa ao pagamento pela TAP de uma indemnização à ex-secretária de Estado Alexandra Reis.

A nova ministra da Habitação também só terá uma ajudante: Fernanda Rodrigues, uma estreante em funções governativas. Com um vasto currículo académico, a agora secretária de Estado da Habitação tem dedicado a sua carreira à docência e à investigação. Doutorada em Engenharia Civil, tem desenvolvido trabalho relacionado com a eficiência energética e hídrica dos edifícios, bem como sobre o estado de conservação de edifícios. É ainda vice-presidente da Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais (ANQIP).

Para o lugar de Alexandra Reis, que foi demitida pelo ministro das Finanças, Fernando Medina, e cujo caso esteve na origem da crise governamental que levou a esta remodelação no Executivo de António Costa, surge mais um nome com experiência em gabinetes governamentais: Pedro Sousa Rodrigues. Foi adjunto de Eurico Brilhante Dias na secretaria de Estado para a Internacionalização e agora salta para a secretaria de Estado do Tesouro. Com um percurso ligado à AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, é mestre em Ciências Empresariais, com especialização em Finanças, tendo agora na sua alçada a responsabilidade sobre as empresas públicas e a tarefa de fazer avançar a privatização da TAP.

VÍTOR RAINHO

À ESQUERDA E À DIREITA

Costa não é Luís de Matos, mas precisa de um coelho

A semana política tem sido um verdadeiro forrobodó e António Costa deve estar a pensar que coelho da cartola pode tirar para se safar deste imbróglio, embora esteja a demonstrar um amadorismo pouco habitual. Depois da 'palhaçada' com as anteriores nomeações de secretários de Estado, o primeiro-ministro não se deu ao trabalho de mandar fiscalizar a folha de cada candidato? Insólito.

Não me lembro de uma maioria de um só partido ser desbaratada desta forma, e ninguém sabe muito bem onde poderá acabar esta tragédia ou comédia do novo Governo de António Costa. É que além da oposição, o primeiro-ministro vai ter o *enfant terrible* à perna, depois de este passar um mês a recuperar forças e a auscultar as suas tropas.

Independentemente destas 'guerras', Costa nunca pensou que o Presidente da República demonstraria tanta assertividade nas críticas ao forrobodó governamental. Se Marcelo teve até agora a ajuda do *Correio da Manhã*, que fez cair dois secretários de Estado em tão poucos dias, a verdade é que Marcelo só está a fazer o que prometeu: que iria fiscalizar a prata da casa.

Num ano tão importante para o país, o que menos precisávamos era de uma grave crise institucional, apesar da maioria absoluta. Começo a acreditar que António Costa terá de mandar o Governo abaixo e nomear um novo. Não creio que eleições antecipadas possam ser realizadas numa altura em que é preciso tomar decisões tão importantes, em relação aos fundos estruturais.

Mas Costa terá mesmo que tomar alguma decisão, antes que os seus camaradas comecem a dizer que querem uma nova liderança e novas eleições. É que isto começa a ser mau demais.

Parece inevitável António Costa ir à dita sociedade civil encontrar gente sem um passado duvidoso e que seja convidada pelas suas qualidades e não pelo cartão do partido. Só dessa forma poderá 'conquistar' de novo o Presidente da República, pois Marcelo sabe perfeitamente que se dissolver o Parlamento, a situação ainda ficará pior. segundo todas as sondagens, o PS ainda está à frente, perdendo, é certo, a maioria. Mas alguém, em ano de euromilhões dos fundos comunitários, quer outra geringonça? Não me parece. Portanto, Costa terá mesmo de tirar o tal coelho da cartola.

P. S. Perante tamanha confusão, nada como nos divertirmos. Eu na semana passada assisti a dois espetáculos geniais: o de Luís Matos e o do Cirque du Soleil. O mágico português está em grande forma e é um dos grandes valores deste país.

P. S. 2 E o que dizer do revisionismo histórico que agora aparece na versão hollywoodesca de atores que querem processar realizadores e estúdios por se terem despido há 50 anos? O mundo está mesmo louco.

vitor.rainho@nascerdosol.pt

BRUNO GONÇALVES

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.